



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS
Órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP



ESTUDO SOBRE A APURAÇÃO DO *SPREAD* DA INDÚSTRIA BANCÁRIA

Base: 1º Semestre de 2005

PARTE I - SPREAD

1	SUMÁRIO EXECUTIVO (PARTE I – SPREAD)	6
2	DESCRIÇÃO DO TRABALHO	7
3	O SETOR BANCÁRIO E AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS	9
4	MODELO BÁSICO DE CÁLCULO DO SPREAD BANCÁRIO	10
5	DETALHAMENTO DO MODELO DE CÁLCULO DO SPREAD	12
6	RESULTADOS DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL	13
7	ALGUMAS LIMITAÇÕES DOS RESULTADOS	16
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	ESTRUTURA DO RESULTADO – PJ E PF	6
TABELA 2	SPREADS – PJ E PF	7
TABELA 3	CRÉDITO DE PJ E PF – RECURSOS LIVRES	9
TABELA 4	REPRESENTATIVIDADE DOS PRODUTOS DA AMOSTRA	10
TABELA 5	ESTRUTURA BÁSICA DA MARGEM E DO SPREAD BANCÁRIO	11
TABELA 6A	RESULTADO TOTAL DA MARGEM E DO SPREAD BANCÁRIO	13
TABELA 6B	RESULTADO TOTAL DO SPREAD BANCÁRIO – PJ E PF	14
TABELA 6C	RESULTADO TOTAL DA MARGEM – PJ E PF	15

PARTE II – DVA

1	SUMÁRIO EXECUTIVO (PARTE II – DVA)	18
2	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – IMPORTÂNCIA E ELABORAÇÃO	19
2.1	SIGNIFICADO DA DVA	19
3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005	20
3.1	METODOLOGIA E INFORMAÇÕES	20
3.2	DVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS NO 1º SEM/05	22
4	OUTRAS FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES	24
4.1	MONTAGEM NUM FORMATO DIFERENCIADO – DVA ADAPTADA	24
4.2	MONTAGEM NA FORMA DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	25
5	RESUMO E COMENTÁRIOS FINAIS	26
6	ANEXO	28
I)	EXEMPLO DE DVA – INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA	28
II)	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	29
III)	DOIS CASOS REAIS DO SETOR NÃO FINANCEIRO	31
IV)	VALOR ADICIONADO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	32
V)	EXEMPLO DE DVA DE BANCOS E UM CASO REAL	32
VI)	EVOLUÇÃO DA DVA DE 2002 AO 1º SEMESTRE DE 2005	33

ÍNDICE DE EXEMPLOS

EXEMPLO 1	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A	28
EXEMPLO 2	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A	29
EXEMPLO 3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INDÚSTRIA A	29
EXEMPLO 4	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A	30
EXEMPLO 5	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INDÚSTRIA A	31
EXEMPLO 6	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – BANCO A	32
EXEMPLO 7	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – BANCO A	33

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	22
QUADRO 2	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22
QUADRO 3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	23
QUADRO 4	DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	24
QUADRO 5	DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	24
QUADRO 6	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	25
QUADRO 7	DVA DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA	31
QUADRO 8	DVA PETROBRAS	32
QUADRO 9	BANCO DO BRASIL	33
QUADRO 10	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	34
QUADRO 11	DVA – OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34
QUADRO 12	DVA – TESOURARIA	34
QUADRO 13	DVA – SERVIÇOS E OUTROS	34

PARTE I - *SPREAD*

**APURAÇÃO DO *SPREAD*
DA INDÚSTRIA BANCÁRIA**

Base: 1º Semestre de 2005

1) SUMÁRIO EXECUTIVO (PARTE I – SPREAD)

O trabalho desenvolvido pela FIPECAFI por solicitação da FEBRABAN tem por objetivo a apuração da estrutura do *spread* bancário no Brasil, destacando seus principais componentes.

A pesquisa sobre o *spread* foi feita a partir de uma amostragem de onze bancos, públicos, privados nacionais de grande porte, privados estrangeiros e privados nacionais de pequeno porte.

As instituições financeiras selecionadas para a pesquisa representam 75,8% do ativo total das instituições financeiras participantes do SFN, respondendo ainda por 76,4% do total dos créditos fornecidos pelo sistema bancário nacional em 30/06/05.

A apuração do *spread* bancário foi feita por intermédio de um modelo desenvolvido pela FIPECAFI e aplicado a cada um dos produtos financeiros selecionados para a pesquisa e descritos no item 2 – Descrição do Trabalho. O *spread* foi calculado considerando os valores apurados pelos bancos relativos ao 1º semestre de 2005.

Todas as informações constantes do modelo de apuração do *spread* bancário foram obtidas através de questionários respondidos pelos bancos selecionados para a pesquisa e informações adicionais oferecidas pelas instituições por e-mail, por telefone ou pessoalmente aos pesquisadores da FIPECAFI. A FIPECAFI procurou validar, pelo menos de uma maneira global, todas as informações recebidas, principalmente por meio de confrontos com as demonstrações contábeis formalmente publicadas pelos bancos, demonstrações disponíveis no Banco Central, padrões de mercado fornecidos pelo Banco Central e médias obtidas das instituições participantes da pesquisa.

O modelo de apuração do *spread* proposto pela FIPECAFI traz algumas contribuições originais em relação a outros cálculos mais tradicionais, a seguir resumidas em seus pontos principais:

- a) O *spread* bancário foi classificado em três categorias: **bruto, direto e líquido**. Normalmente é divulgado somente o *spread* bruto, oferecendo um resultado incompleto, apenas parcial e daí ilusório do resultado da intermediação financeira no Brasil;
- b) O *spread* foi calculado nas três categorias também para Pessoa Jurídica e Pessoa Física;
- c) O trabalho dá destaque ao *spread* líquido total, apurado após a dedução das despesas financeiras de captação, das despesas identificáveis diretamente com os produtos financeiros, das despesas indiretas e dos impostos sobre lucros;
- d) O modelo da FIPECAFI destaca, ainda, os resultados na captação financeira realizada pelos bancos, ou seja, quanto a instituição pagou a menos aos fornecedores de capital que a taxa utilizada como referencial de suas atividades financeiras (CDI – Certificado de Depósito Interbancário).

Os resultados do *spread* bancário, obtidos de acordo com Modelo Básico desenvolvido no Capítulo 4 desta Parte I, são apresentados a seguir:

TABELA 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO – PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	PF	Total
A – Receita de Aplicação Financeira	100,0	100,0	100,0
B – Despesa de Captação	(50,8)	(29,6)	(38,0)
Margem Bruta	49,2	70,4	62,0
Margem Direta	34,6	46,0	41,5
Margem Líquida	5,3	10,0	8,1

A **Tabela 1** destaca a participação de cada margem definida nesse trabalho sobre o total da receita de aplicação financeira dos bancos auferida no 1º semestre de 2005, dividido entre pessoas jurídicas e físicas. Pelos valores apurados conclui-se que, para **cada R\$ 100,00 de receita financeira**, as instituições financeiras auferiram uma margem bruta de R\$ 49,20 e R\$ 70,40, direta de R\$ 34,60 e R\$ 46,00 e líquida de R\$ 5,30 e R\$ 10,00 nas operações com pessoas jurídicas e com pessoas físicas, respectivamente. A margem **total bruta das operações de crédito é de R\$ 62,00, direta de R\$ 41,50 e líquida de R\$ 8,10.**

TABELA 2 – SPREADS – PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	PF	Total
Saldo Médio do Capital Emprestado	100,0	100,0	100,0
A – Receita de Aplicação Financeira	9,4	16,5	12,7
B – Despesa de Captação	(4,8)	(4,9)	(4,8)
<i>Spread</i> Bruto	4,6	11,6	7,9
<i>Spread</i> Direto	3,2	7,6	5,3
<i>Spread</i> Líquido	0,5	1,6	1,0

A **Tabela 2** reflete o conceito mais consagrado de *spread* bancário adotado pelo mercado, medido pela diferença entre a taxa de aplicação e a de captação de recursos financeiros, dividido entre pessoas jurídicas e físicas. O *spread* nesse quadro é também calculado para as três classificações adotadas: bruto, direto e líquido. Os resultados indicam, no mesmo sentido da estrutura de resultados da **Tabela 1**, um *spread* bruto de 4,6% e 11,6%, direto de 3,2% e 7,6% e líquido de 0,5% e 1,6% (no semestre) para pessoas jurídica e física, respectivamente, sobre os saldos médios do capital emprestado. O total do *spread* bancário praticado no Brasil no período do trabalho pelos bancos constantes da amostra selecionada foi de 7,9% bruto, 5,3% direto e 1,0% líquido.

2) DESCRIÇÃO DO TRABALHO

- **Objetivo do Projeto:** analisar e relatar a estrutura do *spread* bancário conforme praticado pelas instituições bancárias no Brasil e aplicada aos produtos financeiros relacionados abaixo. Essa estrutura deve destacar os principais componentes da receita e despesa incorridos pelos bancos na sua atividade de intermediação financeira.
- **Enfoque do Trabalho:** São várias, e algumas de excelente qualidade, as análises macro e microeconômicas sobre o *spread* no Brasil com enfoque das ciências econômicas. No entanto, com frequência, lucros reportados em demonstrações contábeis – e conseqüentemente apurados consoante os princípios e práticas contábeis - pelos bancos que operam no Brasil, são utilizados na tentativa de conclusões por segmentos representativos da sociedade (aí incluídos, não exclusivamente, a imprensa, a classe política, analistas de mercado e eventualmente representantes do Poder Judiciário). A partir desta constatação, a FEBRABAN solicitou à FIPECAFI que este trabalho, complementarmente, tomasse como base as demonstrações contábeis para análise do *spread* bancário. O material de trabalho foi o conjunto de informações emanadas da contabilidade dos bancos e substancialmente registrado nos seus balancetes e balanços conforme as regras impostas pelo COSIF, o plano de contas padrão das instituições financeiras. Pretendeu-se com isto oferecer uma análise técnica consubstanciada, substantiva e coerente com os mesmos elementos de análise usados por significativos segmentos da sociedade brasileira preocupados com o tema.
- **Forma de Desenvolvimento do Trabalho:** foram estabelecidas e cumpridas, diversas metas na execução da pesquisa, conforme resumidas a seguir:
 - Pesquisa sobre textos e outros estudos já realizados sobre este tema preparados por diferentes organizações e pesquisadores, como Banco Central do Brasil, IPEA, UFRJ e FEBRABAN, entre outros.
 - Entrevistas com executivos de diferentes escalões de todas as instituições financeiras relacionadas na amostra da pesquisa, com dirigentes do Banco Central do Brasil, com o Economista Chefe e com o Diretor Executivo da FEBRABAN, com economistas com larga experiência e comprovada competência no mercado bancário, com consultores especializados na indústria bancária e com professores e pesquisadores.

- Definição e aprovação, junto ao Comitê Gestor do Projeto, dos Produtos Financeiros e das Instituições Financeiras que fariam parte da amostra do estudo solicitado pela FEBRABAN à FIPECAFI.
- Visita de pesquisadores da FIPECAFI aos bancos selecionados para coleta das informações financeiras, contábeis e gerenciais necessárias à execução do trabalho na medida em que fornecidas pelas instituições visitadas.
- Ajustes e validação, com representantes de praticamente todos os bancos constantes da amostra, das variáveis financeiras relevantes por eles disponibilizadas.
- Desenvolvimento do modelo de cálculo e apuração do *spread* da indústria bancária brasileira a partir dos bancos e produtos da amostra.

Nesse objetivo de envolver todas as instituições no trabalho de apuração do *spread* bancário foram desenvolvidas reuniões com os principais executivos dos bancos selecionados (em alguns foram feitas várias reuniões de trabalho) e, posteriormente, foram mantidos diversos contatos por e-mail e telefônicos com as instituições.

- **Produtos Financeiros:** A partir de discussões com as instituições financeiras relacionadas e incorporando sugestões do Comitê Gestor e de outros executivos da indústria bancária, foram definidos os seguintes produtos financeiros para apuração do “*spread*” no escopo do presente estudo:

PESSOA JURÍDICA

- Capital de Giro
- Conta Garantida
- Aquisição de Bens
- Vendor
- Hot Money
- Desconto de Duplicata
- Desconto de Promissória
- Financiamento Imobiliário
- ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio
- Export Notes
- Crédito Imobiliário – SFN
- Rural Obrigatório
- BNDES
- Micro Crédito
- FINAME
- Resolução 2770 (antiga 63)
- Outros

PESSOA FÍSICA

- Cheque Especial
- Crédito Pessoal
- Cartão de Crédito
- Financiamento Imobiliário
- Aquisição de Bens - Veículos
- Aquisição de Bens – Outros
- Crédito Imobiliário – SFN
- Rural Obrigatório
- Micro Crédito
- Outros

3) O SETOR BANCÁRIO E AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS

Essa parte do trabalho visa traçar uma comparação entre os dados do SFN – Sistema Financeiro Nacional e os dados dos bancos participantes da amostra composta para desenvolvimento do modelo de *Spread* das instituições bancárias. O objetivo é destacar a relevância das instituições e produtos financeiros selecionados para a pesquisa.

O ativo consolidado dos bancos participantes da amostra representa 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário – Consolidado Bancário I do BACEN. Os bancos participantes da amostra responderam, ainda, por 76,4% do total de créditos do setor.

A composição, em termos percentuais, da Carteira Total de Crédito das onze instituições pesquisadas em relação ao total de ativos de cada Instituição. A média da amostra situou-se em 33,5% e, para o total do setor, em 33,2%.

A destinação do crédito concedido com recursos livres do setor bancário às Pessoas Físicas e Jurídicas, considerando as modalidades de produtos consumidos entre as onze instituições divide-se em 53,1% dos créditos são destinados às Pessoas Jurídicas e 46,9% às Pessoas Físicas.

TABELA 3 – CRÉDITO DE PJ E PF – RECURSOS LIVRES (EM R\$ MILHÕES E % DO TOTAL)

	R\$ milhões	% do Total
A) Pessoa Jurídica		
- Capital de Giro	44.496	15,2
- Conta Garantida	28.371	9,7
- Aquisição de Bens	9.446	3,2
- Vendor	8.898	3,0
- Hot Money	433	0,1
- Desconto de Duplicata	9.996	3,4
- Desconto de Promissória	197	0,1
- Financiamento Imobiliário	505	0,2
- ACC	25.314	8,7
- Export Notes	37	0,0
- Outros	27.318	9,4
Total PJ	155.010	53,1
B) Pessoa Física		
- Cheque Especial	11.784	4,0
- Crédito Pessoal	55.586	19,0
- Cartão de Crédito	10.272	3,5
- Financiamento Imobiliário	1.050	0,4
- Aquisição de Veículos	42.801	14,7
- Aquisição de Bens Outros	8.372	2,9
- Outros	7.119	2,4
Total PF	136.986	46,9
C) Total PJ + PF	291.996	100,0

Fonte: bcb.gov.br/sfn/informações de op bancárias/taxas op. crédito/dados consolidados/Tabela VII. Consulta em novembro/2005.

Podemos extrair que a amostra considerada neste trabalho representa 68,8% do volume de crédito à Pessoa Jurídica e 63,9% do crédito à Pessoa Física do total verificado no SFN, conforme destacado na **Tabela 4**, a seguir:

TABELA 4 – REPRESENTATIVIDADE DOS PRODUTOS DA AMOSTRA

	R\$ mil Total do SFN	R\$ mil Amostra	% da Amostra
A) Pessoa Jurídica			
- Capital de Giro	44.496	27.171	61,1
- Conta Garantida	28.371	17.322	61,1
- Aquisição de Bens	9.446	3.620	38,3
- Vendor	8.898	6.273	70,5
- Hot Money	433	292	67,5
- Desconto de Duplicata	9.996	8.402	84,1
- Desconto de Promissória	197	161	81,9
- Financiamento Imobiliário	505	1	0,2
- ACC	25.314	17.233	68,1
- Export Notes	37	37	100,8
- Outros	27.318	26.207	95,9
Total PJ	155.010	106.719	68,8
B) Pessoa Física			
- Cheque Especial	11.784	10.195	86,5
- Crédito Pessoal	55.586	36.003	64,8
- Cartão de Crédito	10.272	5.308	51,7
- Financiamento Imobiliário	1.050	370	35,2
- Aquisição de Veículos	42.801	18.384	43,0
- Aquisição de Bens Outros	8.372	9.810	117,2
- Outros	7.119	7.431	104,4
Total PF	136.986	87.500	63,9
C) Total PJ + PF	291.996	194.219	66,5

⁽¹⁾ % em relação ao total do SFN

O objetivo principal dessa análise é confirmar a relevância do conjunto de produtos escolhidos para tratamento pelo modelo, fazendo uma correspondência com os itens publicados pelo Banco Central. Aqui estão considerados somente os produtos com recursos livres e os saldos de final de período (junho/2005).

4) MODELO BÁSICO DE CÁLCULO DO SPREAD BANCÁRIO

O modelo desenvolvido de cálculo do *spread*, apresentado em sua estrutura básica na **Tabela 5**, foi aplicado a cada um dos produtos financeiros relacionados para a pesquisa, mencionados na parte inicial deste relatório. Todos os dados considerados no cálculo do *spread* referem-se ao 1º semestre de 2005. Deve ser ressaltado que esse modelo não foi elaborado com objetivos gerenciais. O intuito principal é destacar a composição do *spread* bancário no Brasil, a partir das informações contábeis apuradas pelos bancos.

As informações inseridas nesse modelo foram levantadas através de questionários entregues aos bancos participantes da pesquisa e outras por eles fornecidas por *e-mail* ou pessoalmente aos pesquisadores da FIPECAFI. Em todas as instituições foram realizadas reuniões com os executivos indicados pela sua direção, expondo-se o objetivo do trabalho, sua metodologia, formalização do documento sobre a confidencialidade exigida da FIPECAFI e os procedimentos detalhados de preenchimento das informações solicitadas.

A atividade bancária é complexa e de mais difícil interpretação do que a das empresas não financeiras, impondo um maior risco em sua análise. Não há como se fazer uma analogia com outros tipos de empresas, assumindo os bancos características próprias de gestão. A estrutura contábil das instituições financeiras, base das informações dessa pesquisa apresenta ainda sérias limitações para interpretação dos resultados, determinadas principalmente pela natureza de alguns critérios de divulgação (“disclosure”) dos relatórios financeiros, apropriações contábeis insuficientemente descritivas, adotadas em algumas contas, e inadequação do COSIF para algumas análises, entre outras limitações encontradas.

Na atividade de intermediação financeira, ainda, os bancos têm diversas formas de captações e aplicações de recursos, que podem ocorrer ao mesmo tempo e sem nenhuma ordem de seqüência e/ou temporal. Isso torna a apuração dos resultados por produto mais difícil que de uma empresa não financeira. De fato, a maior parte dos executivos entrevistados comentou que a gestão da rentabilidade bancária é muito mais orientada POR CLIENTE do que POR PRODUTO, visto um mesmo cliente ser consumidor, concomitantemente, de diversos produtos. Sem dúvida essa realidade leva a um conceito implícito de “subsídios cruzados” na medida em que para atrair um cliente que apresente boas perspectivas de lucratividade em uma linha de produtos bancários pode ser necessário sacrificar margens em outra linha de produtos ao mesmo cliente.

Em conseqüência dessas e outras características peculiares do setor, as informações financeiras produzidas pelos bancos são menos conclusivas e requerem um tratamento mais cuidadoso para seu manuseio. A FIPECAFI procurou validar, da melhor forma possível, as informações levantadas, principalmente, confrontando-as com as demonstrações contábeis auditadas publicadas, bem como com médias apresentadas pelas instituições participantes da pesquisa e com informações padrões do setor disponibilizadas pelo Banco Central.

É importante registrar que a FIPECAFI não teve acesso aos dados originais necessários para a determinação do *spread* bancário, recebendo os números diretamente das próprias instituições nas respostas aos questionários e e-mails. Apesar de todo o esforço de validação das informações financeiras disponibilizadas pelos bancos, conforme apontado acima, permanece ainda a possibilidade de eventuais impropriedades ou inadequações em razão de não ter sido parte do escopo deste estudo a realização de uma validação ou “auditoria” dos dados originais na contabilidade das instituições financeiras, que pudesse melhor padronizar as informações diante de critérios de apropriação nem sempre equivalentes.

TABELA 5 – ESTRUTURA BÁSICA DA MARGEM E DO SPREAD BANCÁRIO

RESULTADOS	Margem	Spread
Saldo Médio do Capital Emprestado		100%
A) Receitas de Operações de Crédito	100%	%
B) Despesa de Captação	(%)	(%)
- Custo do CDI		
- Ganho na Captação		
C) MARGEM/SPREAD BRUTO	%	%
D) Despesas Diretas	(%)	(%)
- Impostos Diretos		
- Devedores Duvidosos		
- Fundo Garantidor de Crédito		
E) MARGEM/SPREAD DIRETO	%	%
F) Despesas Operacionais	(%)	(%)
- Pessoal e Outras Despesas Operacionais		
G) MARGEM/SPREAD Antes IR e CS	%	%
H) Provisão para IR e CS	(%)	(%)
I) MARGEM/SPREAD LÍQUIDO	%	%

5) DETALHAMENTO DO MODELO DE CÁLCULO DO SPREAD

O cálculo do *spread* adotado neste trabalho é efetuado pela relação entre o resultado da operação de crédito (bruto, direto e líquido) e o volume de capital emprestado. O conceito de margem (bruta, direta e líquida), conforme também demonstrado no trabalho, é expresso pela relação entre o mesmo resultado, porém em relação às receitas de operações de crédito.

Tema atual e constante nas discussões de natureza econômica no Brasil, o “spread” é constantemente vítima de análises imperfeitas. A primeira e principal destas é não identificá-lo apropriadamente por seus diversos componentes. Numa visão introdutória, tem-se com frequência e indevidamente tomado o “spread” calculado em sua forma “bruta” (receita de aplicação menos custo de captação em relação ao capital emprestado) como sendo o valor final equivalente ao “resultado” dos intermediários financeiros.

Nada mais incorreto tecnicamente; essa leitura equivaleria a se tomar o conhecido dado do “resultado bruto” das empresas comerciais e industriais como sendo o resultado líquido das mesmas, o que não é: daquele, há que se deduzir todas as despesas operacionais, e por último os impostos, para apenas então se chegar ao resultado “operacional” e posteriormente ao “resultado líquido”. Desta forma, procurou-se neste trabalho desmistificar a visão errônea de “resultado bruto = resultado líquido”, adotando-se apurações de *spreads* nos três momentos específicos da atividade bancária adiante discriminados.

Por conseqüência, o modelo de apuração do *spread* bancário proposto traz diversas originalidades em relação às estruturas de cálculo mais tradicionais ou mais simplistas. Inicialmente, o *spread* está classificado em três categorias: a) **bruto**, deduzido somente das despesas financeiras de captação; b) **direto**, após a exclusão de outras despesas diretamente identificáveis com os produtos e c) **líquido**, obtido após a dedução das despesas operacionais apropriadas e do imposto de renda e contribuição social.

Estão considerados no modelo, ainda, de forma original e mais analítica, os resultados na captação, apurados pelo que o banco pagou a menos que a taxa do CDI, taxa referencial de suas atividades financeiras.

A seguir são descritos cada um dos componentes do modelo:

SALDO MÉDIO DO CAPITAL EMPRESTADO: Equivale à média diária do volume de capital emprestado pelas instituições financeiras participantes da amostra.

RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO: Corresponde à consolidação da receita das operações de crédito informada pelos bancos da amostra. As receitas estão segmentadas por produtos destinados à pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ).

DESPESA DE CAPTAÇÃO: Corresponde à consolidação das despesas financeiras de levantamento de recursos dos bancos da amostra. Para cada um dos bancos essa despesa é calculada através de metodologia que considera o custo total dos recursos aplicados, considerando as fontes dos recursos:

A despesa de captação de cada produto foi subdividida em duas partes: **Custo do CDI** e **Ganho na Captação**:

- **Custo do CDI:** A despesa de captação do capital de terceiros é determinada no modelo pela multiplicação dos volumes emprestados (média dos saldos de aplicações informados pelos bancos) de cada produto pela taxa do CDI referente ao 1o semestre de 2005 (8,92%);
- **Resultado na Captação:** O resultado na captação corresponde à diferença da despesa de captação calculada pela taxa do CDI e da despesa de captação calculada pela taxa média ponderada de captação efetivamente praticada pelo banco.

No modelo desenvolvido de *Spread* neste estudo os resultados das operações com depósitos compulsórios junto ao BACEN, foram desconsiderados. Foram levados em conta somente para efeito de exclusão dos “fundings” dessas operações.

MARGEM/SPREAD BRUTO: Corresponde à diferença entre a receita de operações de crédito e a despesa total de captação. Para a margem essa relação é feita com base nas receitas de operações de crédito e para o *spread* no capital emprestado.

DESPESAS DIRETAS: Correspondem à consolidação das despesas diretamente identificadas com os produtos financeiros. Foram considerados, de acordo com as informações fornecidas pelos bancos e bases legais, os impostos diretos sobre as receitas, as despesas de provisão para devedores duvidosos (PDD) e o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

MARGEM/SPREAD DIRETO: Corresponde à margem/*spread* bruto deduzido das despesas diretas de todos os bancos da amostra. Para a margem essa relação é feita com base nas receitas de operações de crédito e para o *spread* no capital emprestado.

DESPESAS OPERACIONAIS: Correspondem à soma das “Despesas de Pessoal” e “Outras Despesas Operacionais” divulgadas pelos bancos nas Demonstrações de Resultado do 1º Semestre de 2005. A atribuição dessas despesas ao resultado do crédito foi feita com base nos percentuais informados pelos bancos que eles próprios consideraram para alocá-las a essa atividade, informados na pesquisa.

MARGEM/SPREAD ANTES DO IR E CS: Corresponde à margem/*spread* direto deduzido das despesas operacionais dos bancos da amostra. Para o Imposto de Renda e Contribuição Social foi considerada a alíquota legal vigente de 34%. Quando a margem/*spread* antes do IR/CS do produto se apresentou negativo foi considerado o crédito tributário de 34%. Para a margem essa relação é feita com base nas receitas de operações de crédito e para o *spread* no capital emprestado.

MARGEM/SPREAD LÍQUIDO: Corresponde às receitas das operações de crédito deduzidas das despesas de captação, despesas diretas, despesas operacionais e do IR e CS. As margens/*spreads* líquidos são apresentados por Pessoa Física e Pessoa Jurídica, bem como pelo total das Operações de Crédito. Para a margem essa relação é feita com base nas receitas de operações de crédito e para o *spread* no capital emprestado.

6) RESULTADOS DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

A Tabela 6A ilustra os resultados totais da aplicação do modelo.

TABELA 6A – RESULTADO TOTAL DA MARGEM E DO SPREAD BANCÁRIO (EM R\$ MILHÕES E %)

TOTAL CONSOLIDADO 1º Semestre de 2005	Total Geral	Margem %	Spread (semestral – %)
SALDO MÉDIO DO CAPITAL EMPRESTADO	299.454		100
A – Receitas de Operações de Crédito	37.982	100,0	12,7
B – Despesas de Captação			
Custo do CDI	(26.724)	(70,4)	(8,9)
Ganho na Captação	12.298	32,4	4,1
	(14.426)	(38,0)	(4,8)
C – MARGEM/SPREAD BRUTO	23.556	62,0	7,9
D – Despesas Diretas			
Impostos Diretos	(1.095)	(2,9)	(0,4)
Devedores Duvidosos	(6.253)	(16,5)	(2,0)
Fundo Garantidor de Crédito	(457)	(1,3)	(0,2)
	(7.806)	(20,6)	(2,6)

Continua na página 14

TABELA 6A – CONTINUAÇÃO

TOTAL CONSOLIDADO 1º Semestre de 2005	Total Geral	Margem %	Spread (semestral – %)
E – MARGEM/SPREAD DIRETO	15.750	41,5	5,3
F – Despesas Operacionais			
Pessoal e Outras Despesas Operacionais	(11.071)	(29,1)	(3,7)
G – MARGEM/SPREAD ANTES DO IR E CS	4.679	12,3	1,6
H – Imposto de Renda e Contr. Social	(1.591)	(4,2)	(0,5)
I – MARGEM/SPREAD LÍQUIDO	3.088	8,1	1,0

A diferença entre a receita de operações de crédito e a despesa de captação é entendida como o *spread* bruto, quando relacionada com o capital emprestado, e por margem bruta, quando relacionada com a receita. No 1º semestre de 2005, em relação às receitas de operações de crédito, esse resultado foi de 62,0%. Ao deduzir desse valor as despesas diretas (identificáveis diretamente com o produto), chega-se ao que se denomina de margem direta, sendo este de 41,5% no período. Considerando ainda as despesas operacionais e o imposto de renda e contribuição social, obtemos a margem líquida de 8,1%.

O *spread* bruto no mesmo período foi de 7,9%; descontando-se as despesas diretas de 2,6% chega-se ao *spread* direto de 5,3%; deduzindo-se ainda as despesas operacionais e impostos sobre os resultados, obtemos o *spread* líquido total de 1% no semestre.

**TABELA 6B – RESULTADO TOTAL DO SPREAD BANCÁRIO
POR PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM R\$ MILHÕES E %)**

TOTAL CONSOLIDADO 1º Semestre de 2005	Pessoas				Total Geral
	Jurídicas	% Spread	Físicas	% Spread	
SALDO MÉDIO DO CAPITAL EMPRESTADO	159.845	100,0	139.609	100,0	299.454
A – Receitas de Operações de Crédito	15.002	9,4	22.980	16,5	37.982
B – Despesas de Captação					
Custo do CDI	(14.265)	(8,9)	(12.459)	(8,9)	(26.725)
Ganho na Captação	6.651	4,2	5.647	4,0	12.298
	(7.614)	(4,8)	(6.812)	(4,9)	(14.426)
C – SPREAD BRUTO (A - B)	7.388	4,6	16.168	11,6	23.556
D – Despesas Diretas					
Impostos Diretos	(344)	(0,2)	(752)	(0,5)	(1.095)
Devedores Duvidosos	(1.665)	(1,0)	(4.588)	(3,3)	(6.253)
Fundo Garantidor de Crédito	(196)	(0,1)	(261)	(0,2)	(457)
	(2.205)	(1,4)	(5.601)	(4,0)	(7.806)
E – SPREAD DIRETO (C - D)	5.183	3,2	10.567	7,6	15.750
F – Despesas Operacionais					
Pessoal e Outras Despesas Operacionais	(3.969)	(2,5)	(7.102)	(5,1)	(11.071)
G – SPREAD ANTES DO IR E CS	1.214	0,8	3.465	2,5	4.679
H - Imposto de Renda e Contr. Social	(413)	(0,3)	(1.178)	(0,8)	(1.591)
I – SPREAD LÍQUIDO	801	0,5	2.287	1,6	3.088

Considerando os resultados por pessoas jurídica e física nesse período, o *spread* bruto foi de 4,6% e 11,6%, o *spread* direto total foi de 3,2% e 7,6% e o *spread* líquido de 0,5% e 1,6%, respectivamente.

**TABELA 6C – RESULTADO TOTAL DA MARGEM –
PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM R\$ MILHÕES E %)**

TOTAL CONSOLIDADO 1º Semestre de 2005	Pessoas				Total Geral
	Jurídicas	% Rec.	Físicas	% Rec.	
SALDO MÉDIO DO CAPITAL EMPRESTADO	159.845		139.609		299.454
A – Receitas de Operações de Crédito	15.002	100,0	22.980	100,0	37.982
B – Despesas de Captação					
Custo do CDI	(14.265)	(95,1)	(12.459)	(54,2)	(26.725)
Ganho na Captação	6.651	44,3	5.647	24,6	12.298
	(7.614)	(50,8)	(6.812)	(29,6)	(14.426)
C – SPREAD BRUTO (A - B)	7.388	49,2	16.168	70,4	23.556
D – Despesas Diretas					
Impostos Diretos	(344)	(2,3)	(752)	(3,3)	(1.095)
Devedores Duvidosos	(1.665)	(11,1)	(4.588)	(20,0)	(6.253)
Fundo Garantidor de Crédito	(196)	(1,3)	(261)	(1,1)	(457)
	(2.205)	(14,7)	(5.601)	(24,4)	(7.806)
E – SPREAD DIRETO (C - D)	5.183	34,6	10.567	46,0	15.750
F – Despesas Operacionais					
Pessoal e Outras Despesas Operacionais	(3.969)	(26,5)	(7.102)	(30,9)	(11.071)
G – SPREAD ANTES DO IR E CS	1.214	8,1	3.465	15,1	4.679
H – Imposto de Renda e Contr. Social	(413)	(2,8)	(1.178)	(5,1)	(1.591)
I – SPREAD LÍQUIDO	801	5,3	2.287	10,0	3.088

Considerando os resultados por pessoas jurídica e física nesse período, a margem bruta foi de 49,2% e 70,4%, a margem direta de 34,6% e 46,0% e a margem líquida de 5,3% e 10,0%, respectivamente.

CÁLCULO DO RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Comentários adicionais podem ser efetuados em relação ao retorno sobre o Patrimônio Líquido. Considerando-se o índice de capitalização de 11% (índice de Basileia) e a ponderação de risco de crédito de 100% sobre o total dos volumes aplicados pelos bancos (R\$ 299.454 milhões) pode-se, ilustrativamente, calcular o retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) a partir do *spread* líquido calculado (R\$ 3.088 milhões) no período base:

$$K_{ex} = C \times i$$

$$K_{ex} = R\$ 299.454 \text{ milhões} \times 11\% = R\$ 32.940 \text{ milhões}$$

Sendo:

K_{ex} : Capital exigido

C: Saldo total do capital emprestado

i: Índice de capitalização

$$ROE = \frac{\text{resultado líquido}}{K_{ex}} = \frac{R\$ 3.088 \text{ milhões}}{R\$ 32.940 \text{ milhões}} = 9,4\%$$

Assim, com base na exigência de capital determinada de 11%, a rentabilidade sobre o capital próprio proveniente das operações de crédito foi de 9,4% no 1º semestre de 2005.

7) ALGUMAS LIMITAÇÕES DOS RESULTADOS

- O *spread* é calculado em valores nominais, e não em valores reais (não foram depurados os efeitos da inflação);
- Reconhecidamente, os bancos enfocam mais os clientes e não os produtos. Dessa forma, alguns produtos financeiros podem apresentar ilusoriamente um baixo *spread* em razão de vantagens oferecidas pelos clientes em outros produtos e serviços prestados pelo banco;
- No desenvolvimento do trabalho identificamos os custos de *funding* dos depósitos compulsórios junto ao BACEN e das operações de crédito com recursos direcionados. O custo dos créditos concedidos com recursos livres foi calculado com base na taxa média de captação dos recursos excedentes;
- Não há um critério cem por cento objetivo e incontestado que possibilite alocar as despesas operacionais (pessoal e outras despesas operacionais) aos produtos. Com isso, o *spread* líquido incorpora certa parcela de subjetividade determinada pelos critérios utilizados de alocação dos custos aos produtos. A margem de impropriedade dessa subjetividade fica, no entanto, minimizada pela pesquisa efetuada na qual os bancos informaram os percentuais utilizados para essa alocação, conforme a realidade da sua instituição;
- Em decorrência da utilização de percentuais informados pelos bancos para alocação das despesas indiretas (pessoal e outras operacionais), este trabalho referente ao 1º semestre de 2005 tem a comparabilidade do *spread* líquido prejudicada em relação ao trabalho referente ao exercício de 2003, no qual foram utilizados outros percentuais;
- Por não considerar as despesas operacionais (não identificadas diretamente com os produtos), o *spread* direto é calculado sem a dedução do IR e CS.

8) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBER, L. S.; HUGUES II, K. E. *Activity-based costing in the service sector: The Buckeye National Bank*. Issues in Accounting Education, Sarasota, v.16, n. 3, p. 381 - 408, 2001.

BEZERRA, F. A. *Gestão estratégica de custos: um estudo de caso sobre a aplicabilidade do método de custeio ABC em bancos*. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA-USP, São Paulo, 2000.

SILVA, E. S.; BORNIA, A. C.; PAMPLONA, E. O. *Uso do custeio baseado em atividades em uma agência bancária*. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Custos. São Leopoldo, 2001.

SILVEIRA NETO, M. P.: *O Uso das Informações de um Sistema de Custeio Baseado em Atividades no Processo Orçamentário: Sugestão de Aplicação Prática no Dimensionamento de Capacidade Instalada em uma Instituição Financeira*. Anais do X Congresso Brasileiro de Custos. Guarapari, 2003.

FIPECAFI: *Estudo Sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do “Spread” da Indústria Bancária* (para o ano de 2003) – Dezembro de 2004.

PARTE II - DVA

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO)
DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

Base: 1º Semestre de 2005

1) SUMÁRIO EXECUTIVO (PARTE II – DVA)

Este trabalho evidencia a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das Instituições Financeiras Brasileiras (neste trabalho o conjunto dos Bancos Comerciais e Múltiplos, Arrendadoras, Financiadoras e Bancos de Investimento) para o primeiro semestre de 2005. E mostra a geração desse Valor Adicionado distribuída em três blocos: **Operações de Crédito, Tesouraria e Serviços**.

Diferentemente dos trabalhos relativos aos semestres anteriores, nos quais, com base em trabalhos implantados com fundamento no ABC – *Activity Based Cost*, distribuíram-se as despesas com Recursos Humanos e as demais despesas operacionais também nesses três blocos, desta vez a distribuição se deu conforme pesquisa com diversas instituições financeiras da amostra

Em resumo, verificou-se que, dados os critérios de alocação utilizados, os resultados das **Operações de Crédito**, das **Operações com Tesouraria** e das **Receitas de Serviços e Outras** geraram **Valor Adicionado Líquido**, em termos absolutos, de **R\$ 16,3** (39% do total), **R\$ 5,5** (13%), e **R\$ 19,7** (47%), **bilhões**, respectivamente (Quadro 1) (no primeiro semestre de 2004, foram, na mesma ordem, **R\$ 16,8** (50%), **R\$ 5,9** (18%) e **10,7** (32%); Veja o item VI deste trabalho para as demais comparações). Entretanto, essas mesmas **Operações de Crédito, Operações com Tesouraria e Receitas de Serviços e Outras** produziram **lucros líquidos** em distribuição bastante diferente nesse 1o semestre de 2005: **R\$ 5,5** (42% do total), **R\$ 2,6** (20%) e **R\$ 4,9** (38%) **bilhões**, respectivamente) (Quadro 1).

Mostra este trabalho também a **DVA Adaptada** na qual, ao invés de se considerar a margem bruta (Receitas de Juros **diminuídas** da Inadimplência e **das Despesas com Juros**) como parte do valor da riqueza gerada (ou *apropriada*, nesse caso particular, conforme a linguagem utilizada) pelo sistema financeiro bancário, reconhecem-se as Receitas de Juros diminuídas da Inadimplência como parte da riqueza gerada (*apropriada*) e, conforme utilizado nos modelos de DVA do sistema não financeiro, as Despesas com Juros ficam evidenciadas como **distribuição** dessa riqueza.

Nesse caso concluiu-se: De cada **R\$ 1,00** de juro cobrado nas **Operações de Crédito** em geral, **13%** se transformaram em **inadimplência**, **36%** foram utilizados para pagar **juros aos aplicadores**, **10%** para **recursos humanos**, **24%** para **outras despesas estruturais**, **8%** para pagar **tributos** e **9%** se transformaram em **lucro líquido** para os acionistas controladores e minoritários (Quadro 5).

Já nas **Operações com Tesouraria**, **74%** de cada **R\$ 1,00** de **Receita de Juros** foram utilizados para pagar **juros aos investidores**, **3%** para **recursos humanos**, **7%** para **outras despesas estruturais**, **7%** para **tributos** e **9%** para **lucro líquido**. Nas **Receitas de Serviços e Outras**, de cada **R\$ 1,00** recebido **22%** foram para **recursos humanos**, **51%** para **outras despesas estruturais**, **15%** para **tributos** e **12%** para **lucro líquido** (Quadro 5).

Este trabalho reconhece a dependência de algumas de suas conclusões dos critérios de alocação de despesas utilizados, porém, por outro lado, evidencia também uma análise **sem essa alocação**, onde mostra que:

De **maneira global**, somando-se operações de crédito, tesouraria e serviços, **de cada R\$ 1,00 cobrado como Juro** pelo setor bancário brasileiro, tanto junto ao governo quanto junto ao setor privado, **R\$ 0,48** foram utilizados para **pagamento de Juros aos aplicadores** em geral (grandes empresas, pequenos poupadores de caderneta de poupança, famílias em geral, pequenos investidores etc.), **R\$ 0,18** foram utilizados para pagamento aos **recursos humanos** empregados pelos bancos, **R\$ 0,15** foram pagos como **tributos** para o governo, **R\$ 0,09** foram perdidos com os **inadimplentes** e **R\$ 0,10** ficaram com os **acionistas** controladores e minoritários que também ficaram com mais **R\$ 0,05** das receitas de serviços e outras que sobraram após elas custearem as outras despesas estruturais que não recursos humanos (Quadro 5).

E, noutra visão, agora com o uso da aglutinação dos dados na forma de uma **Demonstração de Resultado**:

De cada R\$ 1,00 de Receita Total obtida (juros nas operações de crédito, **juros** nas operações de tesouraria e receitas de **serviços e outras**), **R\$ 0,69** provieram das **Receitas de Juros**. **Desse R\$ 1,00 de Receita Total** (juros mais serviços), **33%** foram utilizados para pagamento de **Juros aos depositantes e investidores** dos bancos, **6%** foram perdidos em **inadimplência**, **12%** remuneraram o **peçoal** empregado, **28%** cobriram as **demais despesas de operação**, **10%** foram para o **governo** na forma de tributos e **10%** ficaram como **lucro líquido** (Quadro 6).

2) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO IMPORTÂNCIA E ELABORAÇÃO

2.1) Significado da DVA

A legislação societária brasileira determina quais são, minimamente, as peças ou documentos que compõem o conjunto básico do que se convencionou denominar, no mercado de capitais, de “Demonstrações Financeiras”. A própria evolução da pesquisa e dos estudos a partir desse conjunto mínimo tem se encarregado de, consultados os interesses dos usuários de informações sobre o desempenho de empresas e setores de atividade empresarial, expandir esse mínimo acrescentando demonstrações não obrigatórias, porém desejadas e esperadas por parte do mercado.

Dentre tais informações adicionais cristalizou-se, no Brasil e em alguns outros países, o preparo e a divulgação de um quadro expondo o chamado “PIB da empresa”, que recebeu o nome de “Demonstração do Valor Adicionado”. (Por ser uma demonstração relativamente recente, há ainda discussões conceituais e terminológicas sobre ela, mas vamos aqui utilizar, primeiramente, o padrão que mais vem sendo utilizado internacionalmente no âmbito das sociedades que divulgam suas informações ao mercado).

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM – vem incentivando a elaboração e a divulgação dessa Demonstração do Valor Adicionado por parte das companhias abertas, bem como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – vem fazendo o mesmo com as empresas a ela vinculadas. Já chega a mais de uma centena o número de empresas que a vêm divulgando regularmente no Brasil. A própria FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos já a divulgou no Brasil por vários anos, abrangendo o setor financeiro.

A FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, órgão de apoio ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, desenvolveu um modelo para o caso das sociedades comerciais, industriais e de serviços que vem sendo utilizado ampla e voluntariamente pelo mercado bem como tendo sua adoção incentivada por essas duas agências reguladoras federais.

A DVA, montada a partir das demonstrações contábeis da entidade, basicamente, a partir da Demonstração do Resultado, procura se apoiar no conceito de **Valor Adicionado** (ou **Valor Agregado**) utilizado em Economia e, com isso, mostrar como uma empresa cria riqueza e como a distribui entre os fatores que a geram. Dessa forma, procura mostrar a parcela do PIB da economia como um todo gerado pela entidade.

Dentro da moderna visão da Contabilidade, a DVA disponibiliza duas importantes contribuições:

- a) oferece uma descrição dos diversos componentes agregativos (geradores) do valor adicionado pelas empresas, evidenciando sua riqueza gerada e/ou apropriada;
- b) permite uma melhor compreensão da distribuição dessa riqueza entre os vários agentes econômicos, como empregados, credores (poupadores), acionistas, governo, além de poder ressaltar a parcela dos resultados retida para reinvestimentos.

(Oferecemos, em anexo, um conjunto de explicações mais detalhadas, bem como exemplos sobre a montagem da DVA para instituições não financeiras e também especificamente para instituições bancárias. Nesse anexo são colocados também exemplos reais de setores não financeiros (energia elétrica e Petrobras), e a DVA de uma instituição financeira - o Banco do Brasil S/A).

Além disso, oferecemos uma visão de origem e distribuição de riqueza para o segmento financeiro bancário brasileiro num formato modificado (aqui denominado de DVA Adaptada), apresentando esse segmento financeiro no formato utilizado para o não financeiro. Isso porque, no segmento não financeiro as Receitas de Juros são consideradas como receita apropriada pela entidade, e as Despesas de Juros são tratadas como distribuição de parte da riqueza obtida para os financiadores externos. Já no segmento financeiro o tradicional é mostrar-se o *spread* como riqueza apropriada, ou seja, o valor das Receitas menos o das Despesas Financeiras como origem, não aparecendo a figura destas últimas dentre as aplicações.

A utilização desse último modelo mostra uma outra faceta muito interessante do papel dos bancos na economia e na sociedade em geral.

3) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005

Tal como solicitado pela FEBRABAN, a FIPECAFI, com base nas informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil, elaborou a Demonstração do Valor Adicionado dos Bancos Comerciais e Múltiplos (aí incluída a Caixa Econômica Federal), das Sociedades de Arrendamento Mercantil, das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e dos Bancos de Investimento brasileiros (nos conglomerados estaduais estão também incluídos seus Bancos de Desenvolvimento). Referido trabalho, a partir de informações disponibilizadas para este fim específico pelo Banco Central do Brasil, contemplou, desta vez, o primeiro semestre de 2005.

3.1) Metodologia e Informações

A metodologia seguida para a montagem dessa DVA foi a comentada anteriormente, com os seguintes pontos adicionais:

- Foi utilizado o banco de dados fornecido pelo BACEN, com a classificação do COSIF utilizada pelas instituições informantes;
- Aos valores dos conglomerados financeiros (elaborados com base nas demonstrações financeiras consolidadas) foram somados os valores das demonstrações financeiras das demais instituições, e dessa soma foram subtraídas as receitas financeiras entre tais conglomerados, entre as instituições individualmente tomadas e entre conglomerados e essas instituições; tem-se, assim, a melhor aproximação possível de informações efetivamente consolidadas desse conjunto de instituições;
- As **Receitas e as Despesas com Juros** foram segregadas das demais e tratadas individualmente. Foram subdivididas entre as obtidas por meio de **Operações de Crédito** e de **Operações da Tesouraria**; a alocação das Despesas com Juros entre as Operações de Crédito e as com a Tesouraria foram feitas mediante o seu custo médio aplicado aos ativos vinculados a um grupo e ao outro, ou seja, o mesmo custo médio de captação foi utilizado para ambos os grandes conjuntos de aplicação.
- Já é pacífico o entendimento na indústria bancária e de mercado de capitais que as atividades de *leasing* financeiro são, na essência, compras e vendas financiadas e não aluguel. Seguindo essa lógica, as receitas das operações com Arrendamento Mercantil, tanto nas carteiras dos Bancos quanto nas Sociedades de Arrendamento Mercantil (SAMs) foram ajustadas para se converterem em Receitas de Juros (para isso foram ajustadas as receitas de arrendamento pelas depreciações – incluindo insuficiências e superveniências – dos bens arrendados, diferido e outros itens necessários para se obter o valor das Receitas de Juros por regime de competência dessas operações);
- A **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** está pelo seu efeito líquido (constituição menos reversões e recuperações) e atribuída exclusivamente às **Operações de Crédito**;
- Todas as Receitas com Prestação de Serviços, todos os Resultados com Participações Societárias, com Câmbio e Outras Receitas foram tratados pelos seus valores líquidos e estão agregados em **Serviços e Outros**;
- As Despesas Operacionais para com Terceiros **não contêm** as com o Pessoal e nem as Tributárias e estão constituídas pelos valores apresentados sob o título de Outras Despesas Operacionais, conforme o COSIF (sua maior parcela – cerca de 50%), também sem possibilidade de maiores detalhamentos, mais as Despesas com Processamento de Dados, Serviços de Terceiros, Comunicações, Serviços Técnicos Especializados, Serviços do Sistema Financeiro, Manutenção e Conservação de Bens, Transporte etc. e as Despesas Não Operacionais, menos as recuperações. Incluem também as Despesas com Aluguéis, pela imaterialidade de seu valor (deveriam estar, a rigor, na Distribuição do Valor Adicionado). As Despesas Tributárias e com Recursos Humanos estão evidenciadas à parte;

- As Despesas com Recursos Humanos incluem salários, 13º salário, férias, FGTS, gratificações, participações no resultado e demais valores desembolsados ou a serem desembolsados diretamente com o pessoal; incluem o INSS e o IRPF de responsabilidade dos funcionários e administradores, mas não incluem o INSS e outros encargos do empregador recolhidos ao governo ou outras entidades e que não vão diretamente ou no futuro para o bolso do pessoal, que estão nas Despesas Tributárias;
- As Despesas Tributárias incluem esses encargos do empregador do item anterior, o imposto de renda, a contribuição social e todos os demais impostos e taxas municipais, estaduais e federais de responsabilidade das instituições, excluindo-se, obviamente, IOF, CPMF e outros de responsabilidade dos clientes;
- Por resultarem de demonstrações financeiras preparadas sob o comando da Lei das S.A. e, conseqüentemente, dos princípios de contabilidade dela emanados, todas as Receitas e Despesas estão apropriadas pelo **Regime de Competência**; assim, podem ter sido recebidas/pagas no período ou terem seu recebimento/pagamento em data anterior ou posterior;
- Nas análises que efetuamos para os semestres anteriores, trabalhos de análises de custos fundamentados no ABC – *Activity Based Cost* (Custo Baseado na Atividade) em diversos dos maiores bancos brasileiros e estrangeiros, estatais e privados, e em diversos bancos médios e pequenos, produziram direcionadores de custos que estão por eles sendo utilizados para fins gerenciais. Pesquisas feitas com especialistas que implantaram essa metodologia permitiram a elaboração de um quadro de apropriação das despesas com recursos humanos, com serviços de terceiros, consumo de materiais, depreciações e outras para os três grandes segmentos apresentados: Operações de Crédito, Tesouraria e Serviços. Detalhes maiores dessas alocações constaram do texto intitulado “Critérios de Distribuição dos Custos Indiretos de Instituições Financeiras”, Anexo aos outros relatórios emitidos para períodos anteriores por esta Fundação intitulados “Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do *Spread* da Indústria Bancária”, também por solicitação da FEBRABAN.

Para o primeiro semestre de 2005, todavia, esses percentuais foram substituídos por outros obtidos em pesquisa efetuada com instituições financeiras da amostra;

- As Despesas Tributárias tiveram a seguinte distribuição: os encargos com INSS do empregador foram alocados conforme as Despesas com Recursos Humanos, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido foram apropriados conforme os resultados obtidos antes de sua incidência; as demais, na mesma proporção da alocação das despesas estruturais;
- A FIPECAFI alerta que esses critérios de alocação de custos e despesas, mesmo baseados em experiências das instituições financeiras que forneceram os dados básicos para sua definição, não deixam, nunca, de conter certa dose de subjetividade, eis que a maior parte dos custos alocados é de natureza fixa, não variando de maneira direta e proporcional ao volume de atividade de cada produto da instituição financeira; todavia, o fato de tal informação representar a média adotada pelas instituições componentes da amostra, evidencia seu embasamento em experiências efetivas. A FIPECAFI reconhece que a adoção de outros percentuais poderia produzir alocações diferentes;
- A FIPECAFI também chama a atenção para o fato de que, apesar da padronização dada pelo COSIF, é possível que interpretações levem as instituições financeiras a certas variações na contabilização de suas operações; nenhum trabalho de auditoria foi efetuado para a obtenção de uma uniformidade completa de entendimento e nem de acurácia dos valores utilizados;
- É preciso destacar, ainda, que os valores considerados neste trabalho estão expressos em valores nominais, conforme demonstrações elaboradas pelas instituições financeiras, não incorporando os efeitos da inflação verificada no período.

3.2) DVA das Instituições Financeiras Brasileiras no 1º Semestre de 2005

A Demonstração do Valor Adicionado obtida relativa ao primeiro semestre de 2005 foi a seguinte:

QUADRO 1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R\$ BILHÕES)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Geração do Valor Adicionado				
Receitas de Juros	59,1	28,1		87,2
(-) Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa	(7,4)			(7,4)
Despesas de Juros	(21,4)	(20,6)		(42,0)
Spread Bruto	30,3	7,4		37,8
Receita de Serviços e Outras			39,8	39,8
(-) Desp. c/ 3ºs. Deprec. e Amortiz.*	(14,0)	(2,0)	(20,1)	(36,1)
Valor Adicionado Líquido Total	16,3	5,5	19,7	41,4
Distribuição do Valor Adicionado				
Recursos Humanos	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro Líquido	5,5	2,6	4,9	13,0

(*) Despesas operacionais exceto com Recursos Humanos e Tributos. Cred. = Operações de Crédito; Tes. = Tesouraria; Serv. = Serviços e Outros.

A análise percentual da **Distribuição** do Valor Adicionado, tomando o Valor Adicionado Total de cada coluna como 100%, nos proporciona:

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM %)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Distribuição do Valor Adicionado				
Recursos Humanos	37	16	44	38
Tributos	29	36	31	31
Lucro Líquido	34	48	25	31
Valor Adicionado Líquido Total	100	100	100	100

O quadro 1 evidencia que o Valor Adicionado Líquido **Total** obtido pelas Instituições sob análise foi de R\$ 41,4 bilhões no primeiro semestre de 2005, distribuído, em termos relativos (Quadro 2), pelas Operações de Crédito (39%), pelas Operações com Tesouraria (13%) e pelos Serviços e Outros (47%).

A relação entre o Valor Adicionado e o *Spread (Margem) Bruto* é bastante diferenciada, bem como é diferenciada a relação entre o *Spread (Margem) Bruto* e a Receita Total de cada uma das colunas.

O quadro 1 mostra que as **Operações de Crédito** produziram um **Spread (Margem) Bruto** de R\$ 30,3 bilhões, equivalente a 51% das **Receitas de Juros** dessas atividades; esse *Spread (Margem) Bruto* gerou um **Valor Adicionado Líquido** de R\$ 16,3 bilhões, igual a 28% das Receitas de Juros; ainda, 54% do *Spread (Margem)* se transformaram em Valor Adicionado. Desse Valor Adicionado Líquido, R\$ 6,1 bilhões foram para remunerar o **pessoal** do sistema financeiro bancário e R\$ 4,7 bilhões foram para **tributos**, sobrando R\$ 5,5 bilhões como **lucro líquido** para os acionistas controladores e minoritários, ou seja, 9% de cada R\$ 1,00 de Juro cobrado dos clientes.

Já as **Operações com Tesouraria** produziram um **Spread (Margem) Bruto** de R\$ 7,4 bilhões, equivalente a 26% das **Receitas de Juros** dessas atividades, e desse montante R\$ 5,5 bilhões (74%) se transformaram em **Valor Adicionado Líquido**, tendo em vista a baixa estrutura de custos pagos para terceiros nessas operações. Desses R\$ 5,5 bilhões, R\$ 0,9 bilhões foram para **pessoal**, R\$ 1,9 bilhão para **tributos** e R\$ 2,6 bilhão ficaram como **lucro**

líquido. No caso dos **Serviços e Outros**, o **Valor Adicionado Líquido** foi de 49% da **Receita Total** desse agrupamento, ficando 12% como **lucro líquido**.

O Quadro 1 evidencia ainda que, da remuneração total dos acionistas, no valor do **lucro líquido** de R\$ 13,0 bilhões, R\$ 2,6 bilhões (20%) foi gerado pelas Operações de Tesouraria (fundamentalmente operações de empréstimos ao Governo) e R\$ 5,5 bilhões (42%) pelas Operações de Crédito. Os Serviços geraram os restantes R\$ 4,9 bilhões (38%) do lucro líquido total.

O Quadro 2 mostra que, do Valor Adicionado Líquido **Total**, ou seja, incluindo as operações de crédito, as de tesouraria e as de serviços e outros, nesse período, 38% foram destinados a remunerar os **Recursos Humanos** (última coluna), 31% foram como **Tributos** para os governos federal, estadual e municipal e 31% ficaram para os **Acionistas** das instituições financeiras na forma de lucro líquido (retido mais distribuído em dividendos). E mostra como essa distribuição é diferente entre as três colunas sendo apresentadas.

É claro que essas conclusões estão atadas aos critérios de alocação de custos mencionados no item 2.1. Caso queira uma análise mais global, **sem essa distribuição dos custos e das despesas estruturais** das instituições financeiras, pode-se montar o Quadro 3 seguinte, no qual se jogou o valor das Receitas de Serviços e Outras **contra** as Despesas junto a Terceiros, mostrando-se o que de fato foi adicionado de valor pelas instituições financeiras:

QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM R\$ BILHÕES E %)

	\$	%
Receita com Juros	87,2	100
(-) Inadimplência	(7,4)	(9)
(-) Despesas de Juros	(42,0)	(48)
(-) Desp. c/ Terceiros, Líquidas de Receitas de Serviços	3,7	4
Valor Adicionado Líquido Total	41,4	48
Distribuição do Valor Adicionado:		
Recursos Humanos	15,7	18
Tributos	12,7	15
Lucro Líquido	13,0	15

Isso nos mostra que, de **cada R\$ 1,00 de receita de juros totais** (operações de crédito e de tesouraria) recebido pelos bancos, 9% foram perdidos com **inadimplência** e **48%** pagos como **juros aos aplicadores**, sobrando até aí **43%**; a isso se somaram **4%** derivados do que as receitas de serviços e outras ainda produziram após conseguirem cobrir o pagamento das despesas estruturais (exceto recursos humanos, ou seja, serviços de terceiros, consumo de materiais, energia, depreciações dos equipamentos e construções etc.). Sobraram, então, como **Valor Adicionado Líquido Total 48%** de cada R\$ 1,00 da receita de juros.

A **distribuição** desse valor adicionado líquido total mostra que **18%** de cada R\$ 1,00 de receita de juros foram para os **recursos humanos** que trabalham para os bancos, **15%** para o **governo** e **15%** para os **acionistas** (aqui englobados os valores distribuídos como dividendos aos controladores e demais acionistas e os retidos para expansão das instituições financeiras).

4) OUTRAS FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES

4.1) Montagem em um formato diferenciado – DVA Adaptada

Podemos trabalhar a DVA anteriormente mostrada na forma mais parecida com os modelos adotados para as instituições não financeiras. Nestas, as **Despesas Financeiras** são apresentadas como **Distribuição** da riqueza obtida, ao invés de aparecerem como redução das Receitas Financeiras.

Veja-se, por exemplo, nos anexos I, II e III, que as instituições não financeiras assim procedem: colocam entre as Origens o Valor Adicionado Produzido e mais os valores apropriados via Receitas Financeiras, Equivalência Patrimonial e outras. E registram as Despesas Financeiras junto às Aplicações, como forma de Distribuição do total do Valor Adicionado obtido.

Podemos, então, aplicar esse modelo e chegar ao seguinte:

QUADRO 4 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM R\$ BILHÕES)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Origens				
Receitas de Juros	59,1	28,1		87,2
(-) Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa	(7,4)			(7,4)
Receita de Serviços e Outras			39,8	39,8
(-) Desp. c/3ºs, Deprec. e Amortiz.*	(14,0)	(2,0)	(20,1)	(36,1)
Riqueza Obtida	37,7	26,1	19,7	83,5
Destinações				
Despesas de Juros	21,4	20,6	-	42,0
Recursos Humanos	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro Líquido	5,5	2,6	4,9	13,0
Riqueza Distribuída	37,7	26,1	19,7	83,5

(*) Despesas operacionais exceto com Recursos Humanos e Tributos.

Isso significa que, de um total de riqueza obtida pelo setor financeiro nesse conceito, ou seja, **incluindo toda a Receita Financeira como origem, e não apenas o spread (margem)**, no valor, no primeiro semestre de 2005, de R\$ 87,2 bilhões, R\$ 42,0 bilhões foram destinados a remunerar os aplicadores (grandes ou pequenos, institucionais ou aplicadores na caderneta de poupança, pessoas jurídicas ou físicas, instituições lucrativas ou não etc.).

O quadro a seguir evidencia melhor as percentagens dessa distribuição:

QUADRO 5 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM %)

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Origens				
Receitas de Juros	100	100		100
(-) Prov. p/ Créd/Liq. Duvidosa	(13)			(9)
Receita de Serviços e Outras	0		100	46
(-) Desp. c/ 3ºs, Deprec. E Amortiz.*	(24)	(7)	(51)	(41)
Riqueza Obtida	64	93	49	96

(*) Despesas operacionais exceto com Recursos Humanos e Tributos.

Continua na página 25

QUADRO 5 – CONTINUAÇÃO

	Cred.	Tes.	Serv.	Total
Destinações				
Despesas de Juros	36	74		48
Recursos Humanos	10	3	22	18
Tributos	8	7	15	15
Lucro Líquido	9	9	12	15
Riqueza Distribuída	64	93	49	96

Tomando-se a Receita de cada coluna como 100%, vemos, principalmente na última delas, do Total, que **de cada R\$ 1,00 de Receita Financeira** obtida, **9% foram perdidos com inadimplência**; a essa diferença foram adicionados **5%**, já que nesse semestre as Receitas de Serviços e Outras cobriram o pagamento das **Despesas Operacionais com Terceiros**, sobrando, líquidos, **96%** de cada R\$ 1,00 de Receita de Juros.

Também **48% das Receitas Financeiras** foram como pagamento de **Despesas de Juros para os aplicadores**, **18%** para remunerar os **recursos humanos**, **15%** para os **governos** federal, estadual e municipal, e **15%** ficam como **remuneração dos acionistas**.

4.2) Montagem na forma de Demonstração de Resultado

Podemos remontar esses mesmos dados numa forma mais parecida com a **Demonstração do Resultado**, ao invés de se tomar como base os formatos de DVA e o imediatamente acima mostrado.

Por exemplo, redistribuindo-se os mesmos valores até aqui utilizados, pode-se chegar à seguinte Demonstração, só que agrupando-se primeiramente todas as Receitas e, a seguir, todas as Despesas, ao invés de se mostrar o tradicional Resultado da Intermediação Financeira:

**QUADRO 6 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM R\$ BILHÕES E %)**

	Cred.		Tes.		Serv.		Total	
Receitas de Juros	59,1		28,1				87,2	
Receita de Serviços e Outras					39,8		39,8	
Receitas Totais	59,1	100%	28,1	100%	39,8	100%	127,0	100%
(-) Despesas de Juros	(21,4)	(36%)	(20,6)	(74%)			(42,0)	(33%)
(-) Inadimplência	(7,4)	(13%)	0%				(7,4)	(6%)
(-) Recursos Humanos	(6,1)	(10%)	(0,9)	(3%)	(8,7)	(22%)	(15,7)	(12%)
(-) Outras Despesas Operacionais	(14,0)	(24%)	(2,0)	(7%)	(20,1)	(51%)	(36,1)	(28%)
(-) Tributos	(4,7)	(8%)	(1,9)	(7%)	(6,1)	(15%)	(12,7)	(10%)
Lucro Líquido	5,5	9%	2,6	9%	4,9	12%	13,0	10%

Esse quadro mostra, em sua última coluna, que as Receitas Brutas de **Juros** corresponderam a **69%** das **Receitas Totais** (entendendo-se estas como as de **Juros** mais as **Receitas** de Prestações de Serviços, **Resultados** de Câmbio, de Participações Societárias e **Outras Receitas** Operacionais).

E que, das **Receitas Totais**, **33%** foram para pagamento das **Despesas com Juros**, **6%** foram perdidos com a **Inadimplência**, **12%** foram para a remuneração dos **Recursos Humanos**, **28%** para as **Despesas Operacionais** que não Recursos Humanos, **10%** foram para o **Governo** na forma de Tributos, sobrando **10%** das Receitas Totais como **Lucro Líquido**.

A primeira coluna, de **Operações de Crédito**, evidencia que, **de cada R\$ 1,00 de Receitas de Juros** obtidas nessa modalidade, **R\$ 0,36** foram utilizados para pagamento de **Juros aos investidores**, **R\$ 0,13** foram perdidos com **inadimplência**, **R\$ 0,10** remuneraram **Recursos Humanos**, **R\$ 0,24** foram para pagamento das **demais despesas estruturais**, **R\$ 0,08** para o **Governo** e acabaram ficando **R\$ 0,09** como **lucro líquido**.

Já nas **Operações de Tesouraria**, R\$ 0,77 de cada R\$ 1,00 de **Receita de Juros** foram utilizados para pagamento de **juros aos investidores**, não há inadimplência, R\$ 0,03 foram para pagamento de despesas com **Recursos Humanos**, R\$ 0,07 para **outras despesas estruturais**, R\$ 0,07 foram para os **Tributos**, sobrando um **lucro líquido** de R\$ 0,09.

De cada R\$ 1,00 das demais **Receitas**, 22% foram para **Recursos Humanos**, 51% para **outras despesas estruturais**, 15% para o **Governo** e 12% para o **lucro líquido**.

5) RESUMO E COMENTÁRIOS FINAIS

Montando-se a DVA das Instituições Financeiras brasileiras (assim consideradas, neste trabalho, como o conjunto dos Bancos Comerciais e Múltiplos, Arrendadoras, Financiadoras e Bancos de Investimento), mostrou-se a Geração e a obtenção do Valor Adicionado Líquido para o primeiro semestre de 2005, em valores e com análises percentuais. E subdividiu-se essa geração em três blocos: Operações de Crédito, Tesouraria e Serviços. Montou-se também a DVA Adaptada, na qual, ao invés de se considerar o *spread* (margem) como o valor da riqueza apropriada pelo sistema financeiro bancário, consideraram-se as Receitas de Juros como a riqueza apropriada e, conforme utilizado nos modelos de DVA do sistema não financeiro, as Despesas com Juros foram evidenciadas como distribuição dessa riqueza.

Com base em percentuais obtidos da experiência de diversas instituições financeiras escolhidas pela FEBRABAN e pela FIPECAFI distribuíram-se as despesas com Recursos Humanos e as demais Operacionais também nesses três blocos.

Também se procedeu à montagem de uma Demonstração de Resultados mais próxima do modelo tradicional, abrangendo esse mesmo primeiro semestre de 2005.

Em resumo, verificou-se que, dados os critérios de alocação utilizados, os resultados das **Operações de Crédito**, das **Operações com Tesouraria** e das **Receitas de Serviços e Outras** geraram **Valor Adicionado Líquido**, em termos absolutos, de **R\$ 16,3**, **R\$ 5,5** e **R\$ 19,7 bilhões**, respectivamente, mas produziram **lucros líquidos** bastante diferentes (**R\$ 5,5**, **R\$ 2,6** e **R\$ 4,9 bilhões**, respectivamente), dada a baixa estrutura de custos nas Operações com Tesouraria (Quadro 1, novamente reapresentado com algumas porcentagens adicionadas).

QUADRO 1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2005 (EM R\$ BILHÕES E %)

	Cred.		Tes.		Serv.		Total
Geração do Valor Adicionado							
Receitas de Juros	59,1	100%	28,1	100%			87,2
(-) Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa	(7,4)	(13%)					(7,4)
Despesas de Juros	(21,4)	(36%)	(20,6)	(74%)			(42,0)
Spread Bruto	30,3	51%	7,4	26%			37,8
Receita de Serviços e Outras					39,8	100%	39,8
(-) Desp. c/ 3ºs, Deprec. e Amortiz.*	(14,0)	(24%)	(2,0)	(7%)	(20,1)	(51%)	(36,1)
Valor Adicionado Líquido Total	16,3	28%	5,5	19%	19,7	49%	41,4
Distribuição do Valor Adicionado							
Recursos Humanos	6,1	10%	0,9	3%	8,7	22%	15,7
Tributos	4,7	8%	1,9	7%	6,1	15%	12,7
Lucro Líquido	5,5	9%	2,6	9%	4,9	12%	13,0

(*) Despesas operacionais exceto com Recursos Humanos e Tributos.

O quadro 1 mostra que de cada R\$ 1,00 de juro cobrado nas Operações de Crédito em geral, 13% se transformaram em inadimplência, 34% foram utilizados para pagar juros aos aplicadores, 10% para recursos humanos, 24% para outras despesas estruturais, 8% para pagar tributos e 9% se transformaram em lucro líquido.

Já nas Operações com Tesouraria, 74% de cada R\$ 1,00 de Receita de Juros foram utilizados para pagar juros aos investidores, 3% para recursos humanos, 7% para outras despesas estruturais, 7% para tributos e 9% para lucro líquido. Nas Receitas de Serviços e Outras, de cada R\$ 1,00 recebido 22% foram para recursos humanos, 51% para outras despesas estruturais, 15% para tributos e 12% para lucro líquido.

Do lucro líquido total dos bancos, 20% provieram das Operações com Tesouraria, 42% das Operações de Crédito e 38% de outras origens.

Este trabalho reconhece a dependência de algumas de suas conclusões dos critérios de alocação de despesas utilizados, porém, por outro lado, evidencia também uma análise **sem essa alocação**, onde mostra que, de cada R\$ 1,00 de Receita Total obtida (juros nas operações de crédito, juros nas operações de tesouraria e receitas de serviços e outras), R\$ 0,69 provieram das Receitas de Juros. Desse R\$ 1,00 de Receita Total, 33% foram utilizados para pagamento de Juros aos depositantes e investidores dos bancos, 6% foram perdidos em inadimplência, 12% remuneraram o pessoal empregado, 28% cobriram as demais despesas de operação, 10% foram para o governo na forma de tributos e 10% ficaram como lucro líquido (Quadro 6).

Este Relatório procurou reavivar os conceitos de Demonstração de Valor Adicionado conforme modelos utilizados internacionalmente e sugeridos, no Brasil, pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As empresas não financeiras obtêm seu valor Adicionado pela diferença entre suas Receitas de **Vendas** e suas Despesas para com **Terceiros** (serviços de terceiros, matérias-primas, mercadorias e materiais adquiridos de terceiros, utilidades como água, energia e outras etc.). A esse valor se somam os valores ganhos com Juros, Aluguéis e Participações Societárias. Distribuem seu Valor Adicionado Total Obtido entre os seus Recursos Humanos, seus Financiadores (Juros), o Governo (Tributos) e o Lucro Líquido de seus sócios.

No caso dos Bancos, não é comum se colocar as Receitas de Juros pelo seu valor bruto como Origem de Valor Adicionado e as Despesas de Juros como Distribuição na outra parte da demonstração como Distribuição. Ao invés, deduzem essas Despesas de Juros das Receitas dessa mesma natureza, colocando-se então, como Origem, apenas a diferença, ou seja, o *spread* (margem). Com isso, na DVA dos Bancos não aparece, na Distribuição do Valor Adicionado, a parcela destinada aos seus financiadores.

Assim, no caso dos Bancos, entende-se como **Valor Adicionado Total** Obtido a soma do Valor Adicionado obtido pela apropriação do *spread* com o **Valor Adicionado de Outras Fontes** (Receitas de Prestação de Serviços, Resultados de Operações com Derivativos, Resultados de Participações Societárias etc. diminuídos das **despesas operacionais** – exceto Juros, obviamente – junto a **Terceiros**). E a Distribuição do Valor Adicionado se dá entre os Recursos Humanos, o Governo e os Proprietários.

Mas, para evidenciar de forma mais homogênea o setor não financeiro, introduzimos essa variação: Deixamos as Receitas com Juros nas Origens das Riquezas Obtidas, **transferindo as Despesas com Juros para as Destinações**.

Com isso viu-se que, no 1º semestre de 2005, de **maneira global**, e também **sem incorrer na alocação das despesas operacionais para os três segmentos** utilizados, de cada R\$ 1,00 cobrado como Juro pelo setor financeiro brasileiro, tanto junto ao governo quanto junto ao setor privado, R\$ 0,48 foram utilizados para **pagamento de Juros aos aplicadores** em geral (grandes empresas, pequenos poupadores de caderneta de poupança, famílias em geral, pequenos investidores etc.), R\$ 0,18 foram utilizados para pagamento aos **recursos humanos** empregados pelos bancos, R\$ 0,15 foram pagos como **impostos e outros tributos** para o governo, R\$ 0,15 ficaram com os **acionistas** controladores e minoritários (aí computados também 5% do que sobrou das receitas de serviços e outras após estas custearem as despesas estruturais que não recursos humanos) e R\$ 0,09 foram perdidos com os **inadimplentes** (Quadro 5).

Para informações adicionais são colocados, como anexos, textos e exemplos relativos à DVA de instituições não financeiras e de instituições financeiras e também são apresentados os valores das DVAs de todos os semestres desde o início de 2002.

6) ANEXO

I) EXEMPLO DE DVA – INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA

Aqui é mostrada, por meio de um exemplo, a montagem da DVA para o caso de uma instituição não financeira. Num caso extremamente simples de uma atividade industrial, temos que seu Valor Adicionado Gerado corresponde à diferença entre o que **vende** de seus produtos (em bases contábeis trabalha-se, como regra, com vendas, e não com produção como normalmente se faz em economia) e o que **consome** de bens e serviços adquiridos de terceiros.

Esse Valor Adicionado diz respeito ao que essa empresa agregou de valor aos fatores adquiridos de terceiros.

Ele é distribuído, no caso de uma empresa, entre os seus **recursos humanos** (fator trabalho), seus **financiadores** (fator capital – de terceiros, na forma de **juros**, **aluguéis** etc. e próprio, na forma de **lucros** distribuídos e retidos) e o Governo (**tributos**).

Por exemplo, admitamos uma seguinte Demonstração de Resultado – convencional (tal como determinado pela Lei das S.A.) DRE - para uma Indústria A:

EXEMPLO 1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A (ANO X – EM R\$)

• Vendas		1.000.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos:		
Matérias-Primas	400.000	
Serviços de Terceiros	50.000	
Energia e Água	50.000	
Aluguel	20.000	
Mão-de-Obra	200.000	
INSS s/ MO Industrial	40.000	760.000
• Lucro Bruto		240.000
(-) Despesas Operacionais:		
Pessoal	30.000	
INSS s/ Pessoal Admin.	6.000	
<i>Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa</i>	<i>10.000</i>	
Materiais	20.000	
<i>Depreciação</i>	<i>10.000</i>	76.000
(-) Despesas Financeiras		44.000
• Lucro Antes do Imposto de Renda		120.000
(-) Imposto de Renda		40.000
• Lucro Líquido		80.000

De uma venda de R\$ 1.000.000 sobram R\$ 80.000 de lucro líquido, na visão tradicional da DRE. Porém, olhando-se sob o ponto de vista do Valor Adicionado, vê-se que, desses R\$ 1.000.000 de vendas, R\$ 10.000 estão sendo dados como provavelmente perdidos (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em itálico), o que faz com que a empresa passe a contar apenas com R\$ 990.000. Desse montante, foram utilizados R\$ 520.000 para aquisição de bens e serviços produzidos por terceiros (fazem parte da riqueza criada por esses terceiros), como se vê nos itens em negrito (matérias-primas, serviços de terceiros, energia, água e materiais de consumo).

Com isso, o Valor Adicionado Bruto por essa Indústria A será dado por tal diferença, R\$ 470.000. Essa estará sendo sua contribuição para o PIB do país. Esse montante corresponde ao que adicionou ao valor dos insumos adquiridos de terceiros. Ocorre que, a par de gerar esse valor novo na economia, essa empresa está consumindo uma riqueza criada anteriormente, já que ativos seus estão sujeitos à depreciação. Deduzindo-se os R\$ 10.000 dessa despesa, tem-se a riqueza líquida acrescida à economia, o Valor Adicionado Líquido de R\$ 460.000.

Como se distribui esse Valor Adicionado Líquido? Para facilitar a leitura evidenciamos novamente a DRE, “rearranjando” seus componentes obtidos a partir dos dados contábeis (usualmente auditados) sem alterá-los:

EXEMPLO 2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A (ANO X – EM R\$)

• Vendas		1.000.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos:		
Matérias Primas	400.000	
Serviços de Terceiros	50.000	
Energia e Água	50.000	
Aluguel	20.000	
Mão-de-Obra	200.000	
INSS s/ MO Industrial	40.000	760.000
• Lucro Bruto		240.000
(-) Despesas Operacionais:		
Pessoal	30.000	
INSS s/ Pessoal Admin.	6.000	
Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa	10.000	
Materiais	20.000	
Depreciação	10.000	76.000
(-) Despesas Financeiras		44.000
• Lucro Antes do Imposto de Renda		120.000
(-) Imposto de Renda		40.000
• Lucro Líquido		80.000

EXEMPLO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INDÚSTRIA A (ANO X – EM R\$)

Geração de Valor Adicionado:		
• Vendas		1.000.000
(-) Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa		10.000
Vendas Recebíveis de Terceiros		990.000
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros:		
Matérias Primas	400.000	
Serviços de Terceiros	50.000	
Energia e Água	50.000	
Materiais	20.000	520.000
• Valor Adicionado Bruto		470.000
(-) Depreciação		10.000
• Valor Adicionado Líquido Gerado		460.000
Distribuição do Valor Adicionado:		
Aluguel		20.000
Mão-de-Obra		230.000
Despesas Financeiras		44.000
Tributos		86.000
Dividendos		20.000
Lucro Retido		60.000
• Valor Adicionado Líquido Distribuído		460.000

II) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, NÃO GERADO PELA PRÓPRIA ENTIDADE – SOLUÇÃO DO PROBLEMA DE DUPLA CONTAGEM

Vimos, nos exemplos anteriores, que os funcionários terão recebido parcela da riqueza criada a título de remuneração de seu trabalho (mão-de-obra), e que alguém terá recebido também parcela dessa riqueza gerada pela Indústria A como remuneração de seu capital emprestado (aluguel e despesas financeiras) e como remuneração de seu capital investido (lucro, distribuído e retido).

Se o prestador do capital tiver sido uma pessoa jurídica, poderá ele considerar essas receitas de juros como valor adicionado gerado? Se isso ocorrer existirá dupla contagem da riqueza gerada, fora o aspecto de que o imóvel e o capital emprestado que ajudaram a produzir de riqueza já está, e totalmente, computado na DVA da Indústria A. Na relação entre a Indústria e os proprietários do imóvel e do capital se dá apenas uma transferência de riqueza. Esses proprietários se apropriam de uma parte da riqueza gerada por quem está a usar seus recursos e têm direito a essa remuneração pelo fato de ajudarem esses terceiros a produzir riqueza. Mas não são eles, diretamente, os produtores dessa riqueza.

Mas se eles forem pessoas jurídicas, como montarão suas DREs? Sabidamente computarão tanto os aluguéis, quanto os juros e quanto os lucros, como receitas, e essas receitas poderão gerar outras distribuições, como outros valores de mão-de-obra, outros tributos etc. Assim, parte desse valor agregado, ou todo ele, recebido em transferência, estará sendo redistribuído.

Portanto, para montagem de sua DVA, precisarão computar não somente o Valor Adicionado Gerado como também o Valor Adicionado Recebido em Transferência.

Por exemplo, se a Indústria A tivesse recebido receitas de juros e tivesse também ganho algum lucro por participar em outras sociedades, teria uma DRE diferente da que apresentou e também uma DVA com uma inovação. Admitamos que tivesse sido a seguinte a DRE, estando em negrito o que está diferente da anterior:

EXEMPLO 4 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – INDÚSTRIA A (ANO Y – EM R\$)

• Vendas		1.000.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos:		
Matérias Primas	400.000	
Serviços de Terceiros	50.000	
Energia e Água	50.000	
Aluguel	20.000	
Mão-de-Obra	200.000	
INSS s/ MO Industrial	40.000	760.000
• Lucro Bruto		240.000
• Receitas de Participações Societárias		45.000
(-) Despesas Operacionais:		
Pessoal	30.000	
INSS s/ Pessoal Admin.	6.000	
Provisão Créditos Liq. Duvidosa	10.000	
Materiais	20.000	
Depreciação	10.000	76.000
• Receitas Financeiras		15.000
(-) Despesas Financeiras		44.000
• Lucro Antes do Imposto de Renda		180.000
(-) Imposto de Renda		60.000
• Lucro Líquido		120.000

Terá havido um acréscimo de riqueza à disposição da Indústria, no valor de R\$ 60.000, sendo R\$ 45.000 por participações societárias (equivalência patrimonial em coligadas e controladas e/ou dividendos em outras investidas) e R\$ 15.000 por receitas de juros. E esse valor, não gerado pela Indústria A, mas por ela recebido em função de seu investimento e aplicação, estará indo R\$ 20.000 como tributo adicional (veja-se que o imposto de renda passou de R\$ 40.000 para R\$ 60.000) e R\$ 40.000 como lucro adicional aos sócios.

A DVA ficaria, então, a seguinte:

EXEMPLO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INDÚSTRIA A (ANO Y – EM R\$)

Geração de Valor Adicionado:		
• Vendas		1.000.000
(-) Provisão Créditos Liq. Duvidosa		10.000
• Vendas Recebíveis de Terceiros		990.000
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros:		
Matérias Primas	400.000	
Serviços de Terceiros	50.000	
Energia e Água	50.000	
Materiais	20.000	520.000
• Valor Adicionado Bruto		470.000
(-) Depreciação		10.000
• Valor Adicionado Líquido Gerado		460.000
Valor Adicionado Recebido em Transferência:		
Participações Societárias		45.000
Receitas Financeiras		15.000
• Valor Adicionado Total a Distribuir:		520.000
Distribuição do Valor Adicionado:		
Aluguel		20.000
Mão-de-Obra		230.000
Despesas Financeiras		44.000
Tributos		106.000
Dividendos		20.000
Lucro Retido		100.000
• Valor Adicionado Distribuído		520.000

Terá então a indústria A gerado Valor Adicionado Líquido de R\$ 460.000, mas terá recebido outros Valores Adicionados produzidos por terceiros e a ela transferidos de R\$ 60.000, prestando contas, na DVA, da distribuição do total de R\$ 520.000.

III) DOIS CASOS REAIS DO SETOR NÃO FINANCEIRO

Como já comentado, muitas empresas têm publicado no Brasil suas DVAs, e a ANEEL vem assim requisitando das empresas por ela reguladas. A FIPECAFI, pelo seu Pesquisador Prof. Ariovaldo dos Santos, as analisou e assim produziu uma DVA com as mais relevantes (42 empresas) sociedades do segmento das empresas de energia elétrica, numa evolução de vários anos:

QUADRO 7 – DVA DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA (EM US\$ MILHÕES E %)

	Empresas de Energia Elétrica (42 Empresas)													
	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
1) Receitas	34.637,3	100,0	36.032,7	100,0	35.163,6	100,0	41.549,5	100,0	35.395,2	100,0	31.383,6	100,0	34.970,6	100,0
2) Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos = ICMS E IPI)	15.822,5	45,7	16.604,3	46,1	16.511,3	47,0	20.917,5	50,3	19.012,7	53,7	14.318,5	45,6	15.877,1	45,4
3) Valor Adicionado Bruto (1-2)	18.814,8	54,3	19.428,4	53,9	18.652,3	53,0	20.632,0	49,7	16.382,5	46,3	17.065,1	54,4	19.093,5	54,6
4) Depreciações e Amortizações	3.466,4	10,0	3.480,5	9,7	3.428,8	9,8	3.069,7	7,4	2.458,7	6,9	2.326,3	7,4	2.057,1	5,9
5) Valor Adicion. Líquido produzido pela entidade (3-4)	15.348,4	44,3	15.947,9	44,3	15.223,5	43,3	17.562,3	42,3	13.923,8	39,3	14.738,8	47,0	17.036,4	48,7
6) Valor Adicionado recebido em transferência	1.602,3	4,6	3.176,8	8,8	1.956,7	5,6	2.883,8	6,9	6.462,2	18,3	4.045,3	12,9	2.845,1	8,1
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	27,3		125,3		-66,7		352,3		183,3		-57,1		32,9	
6.2) Receitas financeiras	1.522,4		2.262,4		1.912,9		2.582,6		6.242,8		4.061,4		2.812,2	
6.3) Outros	52,6		789,1		110,5		-51,1		36,1		41,0			
7) Valor Adicionado total a distribuir (5+6)	16.950,7	48,9	19.124,7	53,1	17.180,2	48,9	20.446,1	49,2	20.386,0	57,6	18.784,1	59,9	19.881,5	56,9
8) Distribuição do Valor Adicionado	16.950,7	100,0	19.124,7	100,0	17.180,2	100,0	20.446,1	100,0	20.386,0	100,0	18.784,1	100,0	19.881,5	100,0
8.1) Pessoal e Encargos	3.900,8	23,0	3.208,1	16,8	3.022,0	17,6	2.445,2	12,0	2.619,5	12,8	2.312,2	12,3	2.498,1	12,6
8.2) Impostos, taxas e contribuições	6.782,7	40,0	7.231,0	37,8	8.383,6	48,8	8.469,5	41,4	7.992,1	39,2	9.336,6	49,7	11.014,3	55,4
8.3) Juros e aluguéis	4.586,3	27,1	10.508,2	54,9	5.365,0	31,2	8.412,8	41,1	15.039,1	73,8	4.683,9	24,9	4.532,7	22,8
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	1.733,3	10,2	509,0	2,7	836,5	4,9	1.135,4	5,6	160,0	0,8	981,8	5,2	1.131,2	5,7
8.5) Lucros restritos / prejuízo do exercício	- 52,4	-0,3	-2.331,6	-12,2	-427,1	-2,5	-16,8	-0,1	-5.424,7	-26,6	1.469,6	7,9	705,2	3,5

E a Petrobras vem apresentando, também há vários anos, sua DVA; vejamos apenas a Distribuição de seu Valor Adicionado Líquido:

QUADRO 8 - DVA PETROBRAS (EM R\$ BILHÕES E %)

	2002		2003		2004	
	\$	%	\$	%	\$	%
Pessoal	3,5	5%	5,2	6%	6,3	7%
Governo	39,9	61%	52,4	65%	59,2	61%
Juros	14,9	23%	4,8	6%	13,0	13%
Acionistas	7,4	11%	18,7	23%	18,7	19%
TOTAL	65,7	100%	81,0	100%	97,2	100%

IV) VALOR ADICIONADO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

É visível então que, para o caso dos Bancos, a DVA possuirá, no lado da Obtenção do Valor Adicionado, duas fontes: o Valor Adicionado genuinamente Gerado, como no caso das Receitas de Serviços, e o Valor Adicionado Recebido em Transferência, como o caso das Receitas de Juros. Este último item será é óbvio, extremamente relevante no bloco informativo respectivo. Por outro lado, é comum que seja exageradamente grande (comparativamente às outras distribuições) o peso das Despesas com Juros no lado da Distribuição do Valor Adicionado.

Dado o papel de intermediador do Banco, o que realmente interessa, na essência, é o quanto da diferença entre Receitas e Despesas com Juros fica com ele. Assim, o *spread* passa a ser a parcela que de fato faz mais sentido ser evidenciada na DVA.

Com isso, ao invés de evidenciar as Receitas de Juros nas Origens e as Despesas de Juros nas Aplicações, costuma-se mostrar a DVA dos Bancos com o *spread* (aqui entendido como a diferença entre elas) no bloco das Origens do Valor Adicionado.

Assim, desaparecem nas aplicações as despesas com juros e ficam, nas origens, esse *spread* e as demais fontes de valor adicionado, quer na forma de geração quer na de transferência.

Todavia, com essa metodologia tem-se uma DVA não comparável com as obtidas no segmento não financeiro. Por isso, utilizamos também, neste trabalho, uma alternativa que foi a de uma DVA Adaptada, onde consideramos as Despesas com Juros pagas pelo segmento financeiro como distribuição da riqueza obtida.

V) EXEMPLO DE DVA DE BANCOS E UM CASO REAL

Como exemplo extremamente simples de DVA de um Banco podemos ter a que se segue; partamos da seguinte proposição de Demonstração de Resultado:

EXEMPLO 6 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – BANCO A (ANO Z – EM R\$)

• Receitas Financeiras	22.000.000
(-) Despesas Financeiras	19.800.000
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.200.000
• Resultado da Intermediação Financeira	1.000.000
Receitas de Serviços	1.000.000
Participações Societárias	200.000
(-) Despesas Administrativas	
Materiais, Utilidades e Serviços de Terceiros	900.000
Mão-de-Obra	650.000
Tributos	250.000
Aluguel	80.000
Depreciação	50.000
• Lucro Líquido	270.000

Chegaremos, então, a:

EXEMPLO 7 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – BANCO A (ANO Z – EM R\$)

Valor Adicionado Obtido:	
Receitas de Serviços	1.000.000
(-) Materiais, Utilidades e Serviços de Terceiros	900.000
• Valor Adicionado Gerado	100.000
Valor Adicionado Recebido em Transferência:	
Receitas Financeiras	22.000.000
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.200.000
(-) Despesas Financeiras	19.800.000
Spread Financeiro	1.000.000
Participações Societárias	200.000
• Valor Adicionado Total Obtido	1.300.000
(-) Depreciação	50.000
• Valor Adicionado Líquido Total Obtido	1.250.000
Valor Adicionado Total a Distribuir:	
Aluguel	80.000
Mão-de-Obra	650.000
Tributos	250.000
Dividendos	80.000
Lucro Retido	190.000
• Valor Adicionado Distribuído	1.250.000

Note-se que, novamente, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa aparece como redutora das Receitas. E, como único item de transferência para terceiros que não governo aparece a figura dos aluguéis (bem como apareceriam, em casos reais, arrendamentos e outras formas de remuneração pelo uso de ativos de terceiros, exceto capital).

O Banco do Brasil publicou sua Demonstração de Valor Adicionado para os anos de 2002 e 2003, agências no país e exterior; uma versão um pouco mais sintética do que a que consta da Nota 22 às suas Demonstrações Contábeis:

QUADRO 9 – BANCO DO BRASIL (EM R\$ MILHÕES E %)

	2002	2003	2004
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.999,7	9.667,2	10.057,5
Receitas de Prestação de Serviços	4.131,7	5.141,8	6.114,9
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(4.363,9)	(1.544,0)	(3.112,1)
Valor Adicionado	7.767,5	13.265,0	13.060,3
Resultado de Participações Societárias	2.472,0	(369,8)	423,6
Valor Adicionado Bruto	10.239,5	12.895,2	13.483,9
Despesas de Amortização/Depreciação	(442,5)	(474,2)	(R\$ 510,0)
Valor Adicionado a Distribuir	9.797,0	12.421,0	12.973,9
Remuneração do Trabalho	5.026,5	6.332,7	6.614,8
	51%	51%	51%
Remuneração de Governos	2.496,1	3.707,2	3.335,1
	25%	30%	26%
Remuneração dos Acionistas	2.274,4	2.381,0	3.024,0
	23%	19%	23%
	9.797,0	12.421,0	12.973,9
	100%	100%	100%

VI) EVOLUÇÃO DA DVA DE 2002 AO 1º SEMESTRE DE 2005

Para um subsídio adicional à análise mostrada neste trabalho, que utilizou como base o 1º semestre de 2005, mostramos a evolução da distribuição do valor adicionado e das DVAs (Operações de Crédito, Tesouraria e Serviços e Outros) em percentuais desde o ano de 2002:

QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL (EM %)

	2002	2003	2004	2005 (1º Sem)
Riqueza Obtida	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas de Juros	66,6	59,1	51,9	50,3
Recursos Humanos	14,6	18,8	20,9	18,8
Tributos	8,2	10,8	12,8	15,3
Lucro Líquido	10,6	11,3	14,4	15,6

QUADRO 11 – DVA – OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EM %)

	2002	2003	2004	2005 (1º Sem)
Geração do Valor Adicionado				
Receita de Juros	100,0	100,0	100,0	100,0
Terceiros e PDD	31,2	34,1	33,5	36,2
Riqueza Obtida	68,8	65,9	66,5	63,8
Distribuição do Valor Adicionado				
Despesas de Juros	54,6	43,1	36,2	36,2
Recursos Humanos	9,8	10,5	11,3	10,3
Tributos	0,4	4,8	7,5	8,0
Lucro Líquido	4,1	7,5	11,5	9,3
Receita Crédito/Receita Total	40,8	45,3	46,1	46,5
Lucro Crédito/Lucro Total	21,3	44,6	55,1	42,3

QUADRO 12 – DVA – TESOURARIA (EM %)

	2002	2003	2004	2005 (1º Sem)
Geração do Valor Adicionado				
Receita de Juros	100,0	100,0	100,0	100,0
Terceiros e PDD	4,1	7,2	9,0	7,2
Riqueza Obtida	95,9	92,8	91,0	92,8
Distribuição do Valor Adicionado				
Despesas de Juros	66,1	71,2	74,0	73,3
Recursos Humanos	2,1	3,6	4,7	3,2
Tributos	9,7	7,4	5,6	6,8
Lucro Líquido	18,0	10,6	6,9	9,3
Receita Tesouraria/Rec.Total	40,6	28,7	24,3	22,1
Lucro Tes./Lucro Total	93,3	39,8	17,1	20,0

QUADRO 13 – DVA – SERVIÇOS E OUTROS (EM %)

	2002	2003	2004	2005 (1º Sem)
Geração do Valor Adicionado				
Receita	100,0	100,0	100,0	100,0
Terceiros e PDD	64,3	57,1	52,8	50,5
Riqueza Obtida	35,7	42,9	47,2	49,5
Distribuição do Valor Adicionado				
Recursos Humanos	31,4	26,7	25,7	21,9
Tributos	10,5	11,6	12,4	15,3
Lucro Líquido	(6,2)	4,6	9,1	12,3
Receita Serviços/Rec.Total	18,6	26,0	29,6	31,3
Lucro Serviços/Lucro Total	(14,6)	15,7	27,7	47,6



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS

**Tel.: (11) 3091-5820
mbasecretaria@fipecafi.org**

www.fipecafi.org

**Rua Alvarenga, 2.147 - Butantã
05509-005 - São Paulo - SP**